

Prefeitura Municipal de Cariús

ESTADO DO CEARÁ

LDO

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Ano de Referência: 2021

LEI Nº 168/2020, DE 12 DE MAIO DE 2020.

EMENTA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA EXERCÍCIO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA DE VEREADORES DE CARIÚS, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS APROVOU E EU, JOSÉ FERNANDES FERREIRA, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º O Orçamento do Município de Cariús, Estado do Ceará, para o exercício de 2021, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I – as Metas Fiscais;
- II – as Prioridades da Administração Municipal;
- III – a estrutura dos Orçamentos;
- IV – as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
- V – as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal; /
- VI – as Disposições sobre Despesas com Pessoal;
- VII – as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária;
- VIII – as Disposições Gerais.

I – DAS METAS FISCAIS: /

Art. 2º Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2021, estão identificados nos Demonstrativos desta Lei, em conformidade com a Portaria nº 553, de 22 de setembro de 2014-STN.

Art. 3º A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta.

Indireta, constituídas pelas Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º O Anexo de Riscos Fiscais, § 3º do art. 4º da LRF, obedece às determinações do MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS DA PORTARIA Nº 553, de 22 de setembro de 2014-STN, 6ª Edição do Manual de Elaboração válida para 2016.

Art. 5º Os Anexos de Riscos Fiscais e Metas Fiscais desta Lei constituem-se dos seguintes:

01.00.00 - PARTE - I - ANEXO DE RISCOS FISCAIS.

01.01.0 - DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS.

02.00.00 - PARTE - II - ANEXO DE METAS FISCAIS.

02.01.00 DEMONSTRATIVO 1 - METAS ANUAIS.

02.02.00 DEMONSTRATIVO 2 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

02.03.00 DEMONSTRATIVO 3 - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES.

02.04.00 DEMONSTRATIVO 4 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

02.05.00 DEMONSTRATIVO 5 - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS.

02.06.00 DEMONSTRATIVO 6 - AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES.

02.07.00 DEMONSTRATIVO 7 - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA.

02.08.00 DEMONSTRATIVO 8 - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

Parágrafo único. Os Demonstrativos referidos neste artigo serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

Riscos Fiscais e Providências:

Art. 6º Em cumprimento ao § 3º do Art. 4º da LRF a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2021, deverá conter o Anexo de Riscos Fiscais e Providências.

Metas Anuais

Art. 7º Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Complementar nº 101/2000, o Demonstrativo 1- Metas Anuais, será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos a Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência 2020 e para os dois seguintes.

§ 1º Os valores correntes dos exercícios de 2020, 2021 e 2022 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes utilizam o parâmetro do Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria nº 553/2014 da STN.

§ 2º Os valores da coluna "% PIB" são calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

Avaliação do cumprimento das metas fiscais do Exercício anterior

Art. 8º Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores

Art.9º De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas,

Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

Parágrafo único. Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo 1.

Evolução Do Patrimônio Líquido

Art. 10 Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo 4 - Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

Parágrafo único. O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Origem e aplicação dos recursos obtidos com a Alienação de ativos

Art. 11 O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da Evolução do Patrimônio Líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos deve estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

Parágrafo único. O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Estimativa e compensação da renúncia de receita

Art. 12 Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a propiciar o equilíbrio das contas públicas.

§ 1º A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, etc.

§ 2º A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado

Art. 13 O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo único. O Demonstrativo 8 - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

Memória e metodologia de cálculo das metas Anuais de receitas, despesas, resultado primário, resultado nominal e Montante da dívida pública

Metodologia e memória de cálculo das metas Anuais das receitas e despesas

Art. 14 O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo único. De conformidade com a Portaria nº 553/2014-STN, a base de dados da

receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2020, 2021 e 2022.

Metodologia e memória de cálculo das metas anuais do resultado primário

Art. 15 A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não financeiras são capazes de suportar as despesas não financeiras.

Parágrafo único. O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, e às normas da contabilidade pública.

Metodologia e memória de cálculo das metas Anuais do resultado nominal

Art. 16 O cálculo do Resultado Nominal deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo único. O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

Metodologia e memória de cálculo das metas anuais do montante da dívida pública

Art. 17 Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta é representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo único. Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2020, 2021 e 2022.

II – DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 18 As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2020 estão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2018 a 2021, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1º Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2021 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º Na elaboração da proposta orçamentária para 2021, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

III – DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 19 O orçamento para o exercício financeiro de 2021 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Art. 20 A Lei Orçamentária para 2021 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social desdobrada às despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, as quais deverão conter os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Art. 21 A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterá todos os Anexos exigidos na legislação vigente.

IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO

MUNICÍPIO

Art. 22 O Orçamento para exercício de 2021 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (arts. 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF).

Art. 23 Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2021 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Parágrafo único. Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal e do Ministério Público, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subsequentes e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 3º da LRF).

Art. 24 Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

- I – projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
- II – obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III – dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura;
- IV – dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades;

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior,

em cada fonte de recursos.

Art. 25 As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2020, poderão ser expandidas em até 5%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2021 (art. 4º, § 2º da LRF):

Art. 26 Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

Parágrafo Único. Os riscos fiscais, casos se concretizem, serão atendidos com recursos constantes de Artigo 43 da Lei Federal Nº 4.320/1964.

Art. 27 O Orçamento para o exercício de 2021 poderá destinar recursos para a Reserva de Contingência, de até 2% do orçamento total e 80% do total do orçamento de cada entidade para a abertura de Créditos Adicionais Suplementares. (art. 5º, III da LRF).

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais: imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de Créditos Adicionais Suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2021, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 28 Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 29 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de

execução mensal ou bimestral para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

Art. 30 Os Projetos e Atividades prioritizados na Lei Orçamentária para 2021 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 31 A renúncia de receita estimada para o exercício de 2021, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 32 A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

Art. 33 Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, é considerado despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2021, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666 / 1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 34 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade

sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 35 Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 36 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2021 a preços correntes.

Art. 37 A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa / Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN. nº 163/2001.

Parágrafo único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da Constituição Federal).

Art. 38 Durante a execução orçamentária de 2020, se o Poder Executivo Municipal for autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2021 (art. 167, I da Constituição Federal).

Art. 39 O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo único. Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

Art. 40 Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integram a Lei Orçamentária de 2021 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL:

Art. 41 A Lei Orçamentária de 2021 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento às Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 50% das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).

Art. 42. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

Art. 43 Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL:

Art. 44 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2021, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observado os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2021.

Art. 45 Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2021, Executivo e Legislativo, não excederá em

Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2020, acrescida de 5%, obedecida o limites prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

Art. 46 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 47 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20):

- I – eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II – eliminação das despesas com horas-extras;
- III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 48 Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão de obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão de obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão de obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA:

Art. 49 O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar

benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

Art. 50 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

Art. 51 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Art. 52 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2021, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

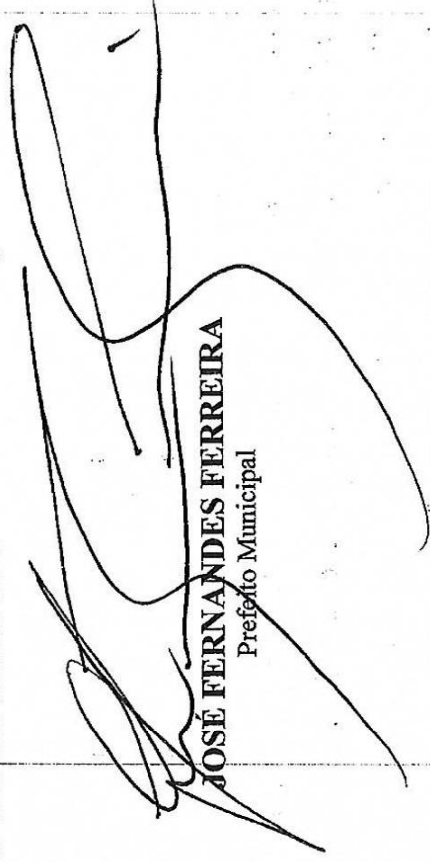
Art. 53 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Art. 54 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por Decreto do Executivo.

Art. 55 O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 57 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIÚS/CE, aos doze dias do mês de maio de 2020.



JOSE FERNANDES FERREIRA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Cariús

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA		PREVISÃO	
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
RECEITAS CORRENTES	45.279.655,85	48.096.374,93	47.566.023,00	48.517.343,46	49.972.863,77	51.971.778,31
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.915.540,18	1.476.000,42	1.559.345,00	1.590.531,90	1.638.247,86	1.703.777,77
CONTRIBUIÇÕES	0,00	497.324,43	600.000,00	612.000,00	630.360,00	655.574,40
RECEITA PATRIMONIAL	138.561,30	115.200,74	145.300,00	148.206,00	152.652,18	158.758,27
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	71.000,00	72.420,00	74.592,60	77.576,30
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	47.020.627,94	50.249.105,14	49.838.978,00	50.835.757,56	52.360.830,29	54.455.263,50
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	228.060,05	275.701,98	228.000,00	232.560,00	239.536,80	249.118,27
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	126.110,00	6.944.000,00	7.082.880,00	7.295.366,40	7.587.181,06
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	52.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	73.410,00	6.944.000,00	7.082.880,00	7.295.366,40	7.587.181,06
DEDUÇÕES DA RECEITA DE TRANSF. CORRENTES	-4.023.133,62	-4.516.957,78	-4.876.600,00	-4.974.132,00	-5.123.355,96	-5.328.290,20
Total	45.279.655,85	48.222.484,93	54.510.023,00	53.600.223,46	57.268.230,17	59.558.959,37

Cariús-CR, 3 de Abril de 2020

JOSE FERNANDES FERREIRA ESC TEC CONT & ASS MUN
Prefeito Municipal
Contador CRC nº 0004370-0

RAQUEL DA SILVA
Secretaria de Adm e Finanças

Prefeitura Municipal de Cariús


ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
I.a - RECEITAS
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2018	1.915.540,18	
2019	1.476.000,42	-22,95
2020	1.559.345,00	5,65
2021	1.590.531,90	2,00
2022	1.638.247,86	3,00
2023	1.703.777,77	4,00

Nota:

IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA

Prefeitura Municipal de Cariús

ESTADO DO CEARÁ
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
 II - DESPESAS
 Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

Cariús-CE, 4 de Abril de 2020

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS	EXECUTADA		ORÇADA		PREVISÃO	
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Total	43.233.129,95	47.958.511,06	54.510.023,00	53.600.223,46	57.268.230,17	59.558.959,38

(R\$)

JOSE FERNANDES FERREIRA ESC TEC CONT & ASS MUN

Prefeito Municipal

Contador CRC nº 00437/O-0

RAQUEL DA SILVA

Secretaria de Adm e Finanças

Prefeitura Municipal de Cariús

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
III - RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)

(R\$)

ABAIXO DA LINHA						
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL						
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	17.332.962,96	17.628.723,23	17.628.723,23	17.099.861,53	16.415.867,07	15.595.073,72
DEDUÇÕES (XIX)	3.415.998,05	3.244.090,66	3.244.090,66	3.146.767,94	3.020.897,22	2.869.852,36
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.255.100,31	5.837.262,60	5.837.262,60	5.662.144,72	5.435.658,93	5.163.875,98
Demais Haveres Financeiros	60.951,95	60.951,95	60.951,95	59.123,39	56.758,45	53.920,53
(-) Restos a Pagar (XXX)	2.900.054,21	2.654.123,89	2.654.123,89	2.574.500,17	2.471.520,16	2.347.944,15
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXI) = (XXVIII - XXIX)	13.916.964,91	14.384.632,57	14.384.632,57	13.953.093,59	13.394.969,85	12.725.221,36
Resultado Nominal - Abaixo da Linha (XXII) = (XXI - XXIX)	259.157,69	-467.667,66	0,00	431.538,98	558.123,74	669.748,49
(a* - b)		(b - c)	(c - d)	(d - e)	(e - f)	(f - g)

* Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2016 (R\$14.176.122,60)

AJUSTE METODOLÓGICO		EXERCÍCIO DE 2020	
VARIÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXd - XXXe)	79.623,72	0,00	0,00
RECEITA DE ALIEN. DE INVEST. PERMANENTES (IX)	0,00	13.953.093,59	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV) = (XXXI)	0,00	0,00	0,00
VARIÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00	0,00	0,00
PAGO, DE PRECATORIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO BACEM (XXXVII)	0,00	0,00	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - abaixo da linha (XXXIX) =	14.305.008,85	14.305.008,85	14.305.008,85
(XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)			
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX			

Cariús-CE, 4 de Abril de 2020

JOSE FERNANDES FERREIRA ESC TEC CONT & ASS MUN

Prefeito Municipal

Contador CRC nº 0080437/O-0

Secretaria de Adm e Finanças

RAQUEL DA SILVA

Prefeitura Municipal de Cariús

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

Cariús-CE, 4 de Abril de 2020

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	17.308.777,06	17.332.962,96	17.628.723,23	17.628.723,23	17.099.861,53	16.415.867,07	15.595.073,72
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	17.308.777,06	17.332.962,96	17.628.723,23	17.628.723,23	17.099.861,53	16.415.867,07	15.595.073,72
DEDUÇÕES (II)	3.132.654,46	3.415.998,05	3.244.090,66	3.244.090,66	3.146.767,94	3.020.897,22	2.869.852,36
Ativo Disponível	5.348.096,62	6.255.100,31	5.837.262,60	5.837.262,60	5.662.144,72	5.435.658,93	5.163.875,98
Haveres Financeiros	1.671.561,50	60.951,95	60.951,95	60.951,95	59.123,39	56.758,45	53.920,53
(-) Restos a Pagar	3.887.003,66	2.900.054,21	2.654.123,89	2.654.123,89	2.574.500,17	2.471.520,16	2.347.944,15
Dívida Consolidada Líquida	14.176.122,60	13.916.964,91	14.384.632,57	14.384.632,57	13.953.093,59	13.394.969,85	12.725.221,36

JOSE BERNANDES FERREIRA ESC TFC CONT & ASS MUN
Prefeito Municipal
Contador CRC n°00837/0-0

RAQUEL DA SILVA
Secretaria de Adm e Finanças

(R\$)

Prefeitura Municipal de Cariús
ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2021

AMF (LRF, art. 4º, §3º)

(R\$)

PROVIDÊNCIAS		PASSIVOS CONTINGENTES	
2021	Providência	2021	Identificação dos Riscos
250.000,00		250.000,00	1 Demandas Judiciais
250.000,00	Cred. Adic. por: utilização da Reserva de Contingência	250.000,00	Demandas Trabalhistas
500.000,00		500.000,00	2 Dívidas em Processo de Reconhecimento
500.000,00	Cred. Adic. por: utilização da Reserva de Contingência	500.000,00	Decisões Judiciais
50.000,00		50.000,00	4 Assunção de Passivos
500.000,00	Cred. Adic. por: utilização da Reserva de Contingência	500.000,00	De Entes da Federação
50.000,00		50.000,00	5 Assisências Diversas
1.250.000,00		1.250.000,00	Enchentes
50.000,00	Cred. Adic. por: utilização da Reserva de Contingência	50.000,00	Epidemias
1.200.000,00		1.200.000,00	SUBTOTAL
2.050.000,00	SUBTOTAL	2.050.000,00	DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS
	PROVIDÊNCIAS		Identificação dos Riscos
2021	Providência	2021	Identificação dos Riscos
100.000,00		100.000,00	8 Restituição de Tributos a Maior
100.000,00	Limitação de empenho de despesas discricionária	100.000,00	
	SUBTOTAL	100.000,00	SUBTOTAL
2.150.000,00	TOTAL	2.150.000,00	TOTAL

Cariús-CB, 4 de Abril de 2020

JOSE ERNANDES PEREIRA ESCATEL CONT & ASS MUN
 Contador CRC nº000370-0
 Prefeito Municipal

RAQUEL DA SILVA
 Secretária de Adm e Finanças

Prefeitura Municipal de Carús
ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo I - Metas Anuais
 2021

AMF - Tabela 1 (LRF, art. 4º, §1º)

ESPECIFICAÇÃO	2021			2022			2023		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante (a/PB) x 100	% PIB RCL (a/RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante (b/PB) x 100	% PIB RCL (b/RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante (c/PB) x 100	% PIB RCL (c/RCL) x 100
Receita Total	55.600.223,46	53.595.742,68	0,035	57.268.230,17	53.305.995,52	0,035	59.558.959,37	53.563.587,07	0,036
Receitas Primárias (I)	55.452.017,46	53.452.879,76	0,035	57.115.577,99	53.163.904,94	0,035	59.400.201,10	53.420.809,85	0,036
Despesa Total	55.600.223,46	53.595.742,68	0,035	57.268.230,17	53.305.995,52	0,035	59.558.959,38	53.563.587,08	0,036
Despesas Primárias (II)	54.215.879,46	52.261.306,59	0,034	55.842.355,85	51.978.773,61	0,034	58.076.050,09	52.229.951,61	0,035
Resultado Primário (III)=(I)-(II)	55.452.017,46	53.452.879,76	0,035	57.115.577,99	53.163.904,94	0,035	59.400.201,10	53.420.809,85	0,036
Resultado Nominal	431.538,98	415.981,28	0,000	558.123,74	519.508,66	0,000	669.748,49	602.329,72	0,000
Dívida Pública Consolidada	17.099.861,53	16.483.383,01	0,011	16.415.867,07	15.280.097,43	0,010	15.595.073,72	14.025.229,75	0,009
Dívida Consolidada Líquida	13.953.093,59	13.450.061,30	0,009	13.394.969,85	12.468.207,95	0,008	12.725.221,36	11.444.264,80	0,008

Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota:

- O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS			
	2021	2022	2023
PIB real (crescimento % anual)	2,65	2,62	2,50
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	11,80	11,80	11,80
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	4,03	4,07	4,13
Inflação média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação	3,74	3,56	3,50
Projeção do PIB do Estado - R\$ bilhões	158.768.000,000,00	162.928.000,000,00	167.001.000,000,00
Receita Corrente Líquida - RCL - R\$ bilhões	19.589.000,000,00	22.190.000,000,00	23.840.000,000,00

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2021	Valor Corrente / 1,03740	Valor Corrente / 1,1193
2022	Valor Corrente / 1,07433	Valor Corrente / 1,1193
2023		

Carús-CE, 4 de Abril de 2020

JOSE FERNANDES FERREIRA ESC TEC CONTABILISTAS MUN

Contador CRC 000437/O-0

Prefeitura Municipal

Secretaria de Adm e Finanças

RAQUEL DA SILVA

Prefeitura Municipal de Cariús

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior
2021

AMF - Tabela 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	I - Metas Previstas 2019 (a)	% PIB % RCL	II - Metas Realizadas 2019 (b)	% PIB % RCL	Variação (II - I)	
					Valor (c) = (b - a)	% (c/a) x 100
Receita Total	35.776.299,74	0,024	48.222.484,93	0,032	12.446.185,19	34,78
Receitas Primárias (I)	35.495.264,89	0,023	48.107.284,19	0,032	12.612.019,30	35,53
Despesa Total	35.776.299,74	0,024	47.958.511,06	0,032	12.182.211,32	34,05
Despesas Primárias (II)	35.716.749,25	0,024	47.292.431,86	0,031	11.575.682,61	32,40
Resultado Primário (III) = (I - II)	-221.484,36	0,000	814.852,33	0,001	1.036.336,69	-467,90
Resultado Nominal	-400.869,39	0,000	-467.667,66	0,000	-66.798,27	16,66
Dívida Pública Consolidada	18.939.147,31	0,013	17.628.723,23	0,012	-1.310.424,08	-6,91
Dívida Consolidada Líquida	14.156.926,62	0,009	14.384.632,57	0,010	227.705,95	1,60

Nota:

PIB Estadual Previsto e Realizado para 2019

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão do PIB Estadual para 2019	151.221.000.000,00
Valor efetivo(realizado) do PIB Estadual para 2019	151.221.000.000,00
Previsão da RCL Estadual para 2019	18.340.000.000,00
Valor efetivo(realizado) da RCL Estadual para 2019	20.534.000.000,00

Cariús-CE, 4 de Abril de 2020


JOSE FERNANDES FERREIRA, ESC TEC CONT & ASS MUN
Contador CRC nº000437/O-0

Prefeito Municipal


RAQUEL DA SILVA

Secretaria de Adm. e Finanças

Prefeitura Municipal de Carús

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores
2021

AMF - Tabela 3 (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO		2018	2019	2020	2021	2022	2023
Receita Total		45.279.655,85	48.222.484,93	54.510.023,00	55.600.223,46	57.268.230,17	59.558.959,37
Receitas Primárias (I)		45.141.094,55	48.107.284,19	54.364.723,00	55.452.017,46	57.115.577,99	59.400.201,10
Despesa Total		43.233.129,95	47.292.431,86	53.152.823,00	55.600.223,46	57.268.230,17	59.558.959,38
Despesas Primárias (II)		43.233.129,95	47.292.431,86	53.152.823,00	55.600.223,46	57.268.230,17	59.558.959,38
Resultado Primário (III)=(I - II)		1.907.964,60	814.852,33	1.211.900,00	1.236.138,00	1.273.222,14	58.076.050,09
Resultado Nominal		259.157,69	-467.667,66	0,00	431.538,98	558.123,74	669.748,49
Divida Pública Consolidada		17.332.962,96	17.628.723,23	17.628.723,23	17.099.861,53	16.415.867,07	15.595.073,72
Divida Consolidada Líquida		13.916.964,91	14.384.632,57	14.384.632,57	13.953.093,59	13.394.969,85	12.725.221,36
%							

VALORES A PREÇOS CORRENTES

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO		2018	2019	2020	2021	2022	2023
Receita Total		48.931.460,09	49.958.494,39	54.510.023,00	53.595.742,68	53.305.995,52	53.563.587,07
Receitas Primárias (I)		48.781.723,83	49.839.146,42	54.364.723,00	53.452.879,76	53.163.904,94	53.420.809,85
Despesa Total		46.719.881,88	49.685.017,46	54.510.023,00	53.595.742,68	53.305.995,52	53.563.587,08
Despesas Primárias (II)		46.719.881,88	49.685.017,46	54.510.023,00	53.595.742,68	53.305.995,52	53.563.587,08
Resultado Primário (III)=(I - II)		2.061.841,95	844.187,01	1.211.900,00	1.191.573,16	1.185.131,33	52.229.951,61
Resultado Nominal		280.058,76	-484.503,70	0,00	415.981,28	519.508,66	602.329,72
Divida Pública Consolidada		18.730.666,42	18.263.357,27	17.628.723,23	16.483.383,01	15.280.097,43	14.025.229,75
Divida Consolidada Líquida		15.039.368,13	14.902.479,34	14.384.632,57	13.450.061,30	12.468.207,95	11.444.264,80
%							

VALORES A PREÇOS CONSTANTES

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO		2018	2019	2020	2021	2022	2023
Receita Total		48.931.460,09	49.958.494,39	54.510.023,00	53.595.742,68	53.305.995,52	53.563.587,07
Receitas Primárias (I)		48.781.723,83	49.839.146,42	54.364.723,00	53.452.879,76	53.163.904,94	53.420.809,85
Despesa Total		46.719.881,88	49.685.017,46	54.510.023,00	53.595.742,68	53.305.995,52	53.563.587,08
Despesas Primárias (II)		46.719.881,88	49.685.017,46	54.510.023,00	53.595.742,68	53.305.995,52	53.563.587,08
Resultado Primário (III)=(I - II)		2.061.841,95	844.187,01	1.211.900,00	1.191.573,16	1.185.131,33	52.229.951,61
Resultado Nominal		280.058,76	-484.503,70	0,00	415.981,28	519.508,66	602.329,72
Divida Pública Consolidada		18.730.666,42	18.263.357,27	17.628.723,23	16.483.383,01	15.280.097,43	14.025.229,75
Divida Consolidada Líquida		15.039.368,13	14.902.479,34	14.384.632,57	13.450.061,30	12.468.207,95	11.444.264,80
%							

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

2018	2019	2020	2021*	2022*	2023*
3,75	4,31	3,60	3,74	3,56	3,50
Valor Corrente x 1,08065	Valor Corrente x 1,03600	Valor Corrente x 1,00000	Valor Corrente / 1,03740	Valor Corrente / 1,07433	Valor Corrente / 1,11193

* Inflação Média (% anual) projetada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE

Carús-CE, 4 de Abril de 2020

JOSE FERNADES FERREIRA ESC TEC CONT & SSS MUN
Prefeito Municipal

Contador CRC n°004370/0-0

RAQUEL DA SILVA
Secretaria de Adm e Finanças

Prefeitura Municipal de Cariús

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido
2021

AMF - Tabela 4 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

	(R\$)			%		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	23.201.212,78	12.850.766,36	3.462.728,40	100,00	100,00	100,00
TOTAL	23.201.212,78	12.850.766,36	3.462.728,40	100,00	100,00	100,00

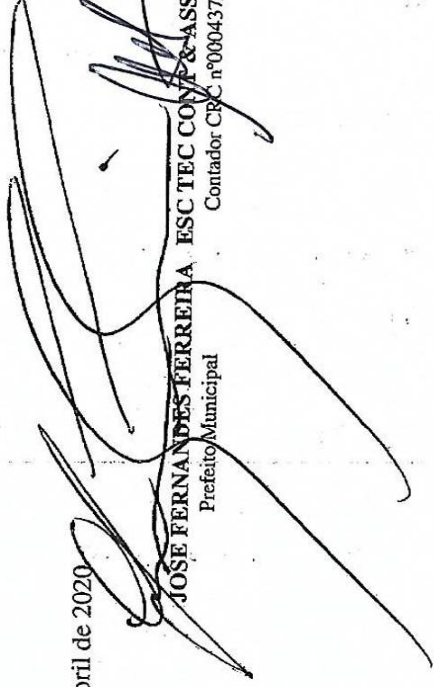
REGIME PREVIDENCIÁRIO

	(R\$)			%		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

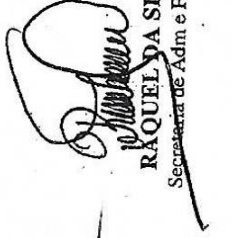
Notas:

Ativo Real Líquido -2019
Ativo Real Líquido -2018
Ativo Real Líquido -2017

Cariús-CE, 4 de Abril de 2020



JOSE FERNANDES FERREIRA ESC TEC CONT & ASS MUN
Contador CRC n°000437/O-0
Prefeito Municipal



RAQUEL DA SILVA
Secretaria de Adm. e Finanças

Prefeitura Municipal de Cariús

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos
2021

AMF - Tabela 5 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)


(R\$)

RECEITAS REALIZADAS	2019 (a)	2018 (b)	2017 (c)
RECEITA DE CAPITAL			
Receita de Alienação de Ativos			
Alienação de Bens Móveis	52.700,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	52.700,00	0,00	0,00

DESPESAS REALIZADAS	2019 (d)	2018 (e)	2017 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS			
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regimes Próprios dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (III) = (I - II)	(g) = ((Ia-IId)+IIIf)	(h) = ((Ib-Ile)+IIIf)	(I) = (Ic - If)
	52.700,00	0,00	0,00

Cariús-CE, 4 de Abril de 2020.


JOSE FERNANDES FERREIRA ESC TEC CONT & ASS MUN
Contador CRC n°000437/O-0

Prefeito Municipal


RAQUEL DA SILVA
Secretaria de Adm e Finanças

Prefeitura Municipal de Carús

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita
2021

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, §2º, inciso V)

(R\$)

Tributo	Modalidade	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA		
		2021	2022	2023
COMPENSAÇÃO		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00

Notas:

1 Não existe previsão de renúncia de receita para os períodos considerados, além dos benefícios já existentes, que não comprometem as metas fiscais do Município, visto que já estão expurgadas das estimativas de receita, por conseguinte não há previsão de compensação das respectivas renúncias.

Carús-CB, 4 de Abril de 2020

JOSE FERNANDES FERREIRA ESC TEC CONTABILISTAS MUN
 Prefeito Municipal
 Contador CRC n.º 06087/0-0

RAQUEL DA SILVA
 Secretária de Adm e Finanças

Prefeitura Municipal de Cariús

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de
Caráter Continuado
2021

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, §2º, inciso V)

(R\$)

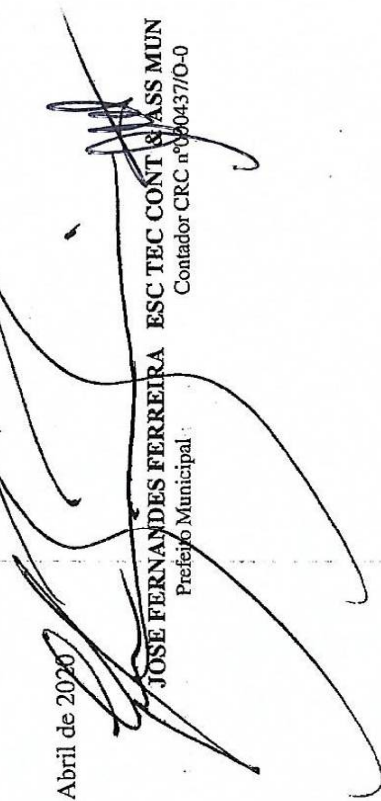
EVENTOS	2021
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesas (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I + II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC Geradas Pelas PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V)=(III - IV)	0,00

Notas:

Sistema de Contabilidade. Unidade Responsável: Secretaria de Finanças.S.

1.A expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado deverá preservar as metas de resultado fiscal previstas e o equilíbrio entre receitas e despesas

Cariús-CE, 4 de Abril de 2020


JOSE FERNANDES FERREIRA ESC TEC CONT & ASS MUN
Contador CRC nº 090437/O-0


RAQUEL DA SILVA

Secretaria de Adm e Finanças

Prefeitura Municipal de Cariús

Relação das Receitas

Código	Descrição	Grau
1.0.0.0.00.0.0	RECEITAS CORRENTES	1
1.1.0.0.00.0.0	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2
1.2.0.0.00.0.0	CONTRIBUIÇÕES	2
1.3.0.0.00.0.0	RECEITA PATRIMONIAL	2
1.4.0.0.00.0.0	RECEITA AGROPECUÁRIA	2
1.5.0.0.00.0.0	RECEITA INDUSTRIAL	2
1.6.0.0.00.0.0	RECEITA DE SERVIÇOS	2
1.7.0.0.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2
1.9.0.0.00.0.0	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2
2.0.0.0.00.0.0	RECEITAS DE CAPITAL	1
2.1.0.0.00.0.0	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2
2.2.0.0.00.0.0	ALIENAÇÃO DE BENS	2
2.3.0.0.00.0.0	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	2
2.4.0.0.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2
2.9.0.0.00.0.0	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	2
7.0.0.0.00.0.0	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	1
7.1.0.0.00.0.0	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIB. MELHORIAS - INTRA	2
7.2.0.0.00.0.0	CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2
7.3.0.0.00.0.0	PATRIMONIAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2
7.4.0.0.00.0.0	AGROPECUÁRIA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2
7.5.0.0.00.0.0	INDUSTRIAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2
7.6.0.0.00.0.0	SERVIÇOS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2
7.9.0.0.00.0.0	OUTRAS REC. CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2
8.0.0.0.00.0.0	RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	1
8.1.0.0.00.0.0	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2
8.2.0.0.00.0.0	ALIENAÇÃO DE BENS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2
8.3.0.0.00.0.0	AMORTIZ. DE EMPRÉSTIMO INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2
8.5.0.0.00.0.0	OUTRAS REC. DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2
9.0.0.0.00.0.0	DEDUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES	1
9.7.0.0.00.0.0	DEDUÇÕES DA RECEITA DE TRANSF. CORRENTES	2